UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

MIRELLA TAVARES DURÁN GOUVÊA

SOBRE IDENTIDADES E IDENTIDADES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR – ALGUMAS REFLEXÕES!

SALVADOR – BAHIA

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MIRELLA TAVARES DURÁN GOUVÊA

SOBRE IDENTIDADES E IDENTIDADES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR – ALGUMAS REFLEXÕES!

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia, sob a orientação da Profª. Drª. ÂNGELA MARIA FREIRE DE LIMA E SOUZA.

SALVADOR - BAHIA

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

MIRELLA TAVARES DURÁN GOUVÊA

SOBRE IDENTIDADES E IDENTIDADES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR – ALGUMAS REFLEXÕES

BANCA EXAMINADORA

Ângela Maria Freire de Lima e Souza – Dra. em Educação – UFBA

Tatiane de Lucena Lima – Mestra em Educação – UFBA

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes – Dra. em Educação – UFBA

Orientador (a)

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

“Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história”.

Michel Foucault

RESUMO

O presente estudo aborda a construção das identidades do sujeito, em especial, a identidade de gênero. Para tanto, veremos que a identidade é um constructo social desenvolvido ao longo do processo de formação do indivíduo e que este não é algo estável, ao contrário, está em constante formação e transformação. Analisa a questão das relações de gênero em seu caráter formador a partir das representações simbólicas da sociedade, ocasionando a formação de "jogos de poder" entre os sexos. Traremos o ambiente escolar como segundo meio de socialização depois da família para exemplificar como ocorrem as relações de gênero, mostrando a percepção das crianças como possuidoras de gênero e a família como co-responsável pelo processo de construção da identidade de gênero da criança.

Palavras-chave: identidade de gênero. relações de gênero. jogos de poder. ambiente escolar e família.

SUMÁRIO

Introdução 6

1. Capítulo 1 – Identidade: um conceito em crise 10

2. Capítulo 2 – Identidades de gênero e relações de poder: o papel da escola 16

2.1 – Gênero como caráter fundante das identidades 16

2.2 – A escola como espaço gendrado e reprodutor de e estereótipos de gênero 20

3. Capítulo 3 – Percebendo marcas de gênero em escolhas das crianças 25

3.1 – Percepção das crianças sobre identidade de gênero 28

Considerações Finais 32

Referências 34

Anexos 36

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir de uma inquietação pessoal e profissional, pois me encontrei em meio a questionamentos a respeito da construção das identidades do sujeito, em especial a de gênero, que me deixavam muito angustiada.

Durante a minha experiência como educadora, desempenhando papéis de mãe e professora, pude perceber, na prática, a existência de definições acerca das coisas que são atribuídas socialmente como sendo de meninos ou meninas. Por isso, o interesse em pesquisar sobre a temática da identidade de gênero ficava a cada dia mais forte. E, por estar envolvida no processo de formação de crianças muito pequenas e por saber que tenho parte da responsabilidade diante da construção das identidades delas, senti a necessidade de me aprofundar no estudo dessa temática a fim de desestimular sempre qualquer tipo de preconceito e de verificar se existe a idéia de uma estereotipação dos papéis de homem e mulher no universo educacional, pois vejo a educação como único meio para mudança na realidade da sociedade em que estamos inseridos.

As questões sobre identidade, principalmente a de gênero, têm sido e estado no foco das discussões da atualidade, mobilizando os intelectuais modernos a se debruçarem sobre esta temática.

O esclarecimento acerca da construção da identidade de gênero adquirida pelos sujeitos ao longo de sua trajetória de vida, marcada pelos aspectos culturais da sociedade a qual se encontra inserido, nos leva a compreender como se estabelecem as hierarquias de poder entre os sexos masculino e feminino.

Para entender a construção das identidades de gêneros, traçamos uma linha de raciocínio para seguirmos, que compreendeu a incorporação de conceitos e de estratégias metodológicas que permitiram o alcance dos objetivos propostos no estudo. O referencial teórico incluiu os estudos de gênero, a partir das considerações de Scott (1995), Fagundes (2003) e Louro (2007), entre outras; sobre identidades, usamos o pensamento de Hall (2006) e Vygotsky (1988). Os conceitos dentro do campo da Educação foram baseados principalmente as idéias de Freire

(2004, 2006). O conceito de poder, especialmente no contexto das relações de gênero foi tomado de Bourdieu (2003). Do ponto de vista metodológico, o trabalho se caracteriza como um Estudo de Caso.

O trabalho está estruturado em três capítulos, uma introdução e as Considerações Finais. No primeiro capítulo, intitulado “Identidade: um conceito em crise” traremos o conceito de identidade difundido por vários autores, destacando entre eles, Stuart Hall (2006, p.38) que defende em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade” que:

> [...] A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

Mostraremos que essa é a concepção moderna de uma identidade que está em constante transformação e que se diferencia da tradicional pelo fato da primeira produzir um sujeito plural decorrente de uma mudança estrutural nos marcadores sociais de classe, raça, gênero, sexualidade e etnia provenientes do processo de globalização, que, por sua vez, preconizam a idéia de homogeneização das culturas nacionais ocasionando a formação de novas identidades.

Diante disso, faz-se necessária uma discussão mais restrita sobre uma dessas identidades assumidas pelo indivíduo: a identidade de gênero, a qual foi ao longo desse estudo abordada no segundo capítulo nomeado: “Identidades de gênero e relações de poder: o papel da escola”.

Visando um melhor entendimento da temática, o capítulo foi dividido em dois sub-itens: “Gênero como caráter fundante das identidades “ e “A escola como espaço gendrado e reprodutor de estereótipos”.

O primeiro item aborda o gênero como formador das identidades do sujeito, que é caracterizada através das representações simbólicas presentes na sociedade.

Como produtos dessas representações surgem os “jogos de poder” entre o ser masculino e o feminino, gerando o paradigma de dominação do homem em relação à mulher, que ocasiona uma relação dicotômica entre os sexos, a qual historicamente vem sendo perpetuada em todas as instituições formadoras da sociedade, tais como: família, escola, igreja.

Dessa forma, ao final desse sub-ítem, apresenta-se o sentimento de não aceitação da realidade de subjugação internalizada pelas mulheres ao longo do seu processo de formação, visando assim a promoção da equidade entre os sexos.

A partir do panorama apresentado sobre a construção da identidade de gênero num aspecto geral na sociedade, discorreremos no segundo sub-ítem a respeito da importância do ambiente escolar como *lócus* participante na constituição da identidade de gênero do sujeito como criança.

O ambiente escolar é entendido como sendo o segundo meio de socialização do indivíduo, pois é capaz de proporcionar sua interação com o mundo, produzindo e reforçando, consequentemente, padrões pré-estabelecidos pela sociedade.

Tal conseqüência é derivada das influências exercidas pela comunidade escolar, que externaliza sua concepção de mundo através de ações, gestos e condutas, incutindo assim pré-conceitos socialmente construídos, os quais podem ser aceitos ou renegados.

Neste processo de formação dos conceitos sociais do educando, torna-se primordial levar em consideração a importância da figura do educador como agente participante e formador da personalidade dos sujeitos, pois é através do posicionamento da figura do adulto em relação às questões de gênero que servirá de referencial para um futuro direcionamento da criança diante dessas questões.

Para tanto, há de se esperar do responsável pelo processo educacional uma intencionalidade em sua prática pedagógica até nas mais simples intervenções como no caso das brincadeiras que podem vir a propagar ou não conceitos e pré-conceitos sobre as relações de gênero de acordo com o direcionamento dado a esta atividade. Ou seja, a intenção deste sub-ítem é chamar a atenção do quanto a figura

do adulto (entendido como pais e professores) pode influenciar no comportamento da criança ao longo de sua trajetória de vida.

No terceiro capítulo, serão apresentadas as análises realizadas ao longo do trabalho de campo, realizado na escola Sartre COC, que faz parte da rede particular de ensino da cidade de Salvador. As considerações finais sistematizam as impressões gerais que emergiram do estudo realizado.

CAPÍTULO 1. IDENTIDADE: UM CONCEITO EM CRISE

O conceito de identidade pós-modernista definido, por Stuart Hall (2006), como sendo resultante de identidades plurais, múltiplas; que se transformam e que não são fixas, imóveis, estáticas ou permanentes, que podem até mesmo ser contraditórias, nos faz perceber o porquê da importância dada pelos estudiosos da atualidade a essa temática.

O fato é que essa nova perspectiva atribuída à identidade nos leva a questionar as definições tradicionais acerca da construção da identidade do sujeito, onde se acreditava ser um indivíduo unificado o qual mantinha como pressuposto e centro o seu "eu" para a sua existência. Evidenciando, desta forma, a questão da universalidade do sujeito iluminista, quando, tradicionalmente, se baseava numa concepção de indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. A idéia predominante era essencialista, ou seja, acreditava-se que o indivíduo possui um conjunto de características que não se alteram ao longo do tempo, originando assim uma concepção "individualista" do sujeito e da sua identidade.

Dada à complexidade do estudo sobre a identidade, o conflito vivido entre os conceitos tradicional e pós-moderno nos faz perceber a existência de uma crise no âmbito da construção de identidade. O crítico cultural Kobena Mercer salienta ainda que "[...] a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza". (MERCER, 1990, p.43 apud HALL, 2006, p. 9)

Logo, acreditamos que a "crise de identidade" está desencadeando uma mudança estrutural e transformando as sociedades modernas, o que ocasiona a fragmentação do sujeito diante dos aspectos culturais de classe, raça, gênero, sexualidade e etnia.

Para entendermos sobre as mudanças que ocorrem a partir da crise de identidade, faz-se necessária a compreensão de como a identidade do indivíduo se constrói. E, para isso, levamos como princípio o fato de que "[...] a identidade é formada na

‘interação’ entre o eu e a sociedade”. (HALL, 2006, p. 11) Nesta mesma linha, trazemos Vygotsky (1988, p. 38–39) para reforçar esse pressuposto ao dizer que:

> [...] O processo de desenvolvimento do ser humano, marcado por sua inserção em determinado grupo cultural, se dá “de fora pra dentro”. Isto é, primeiramente o indivíduo realiza ações externas, que serão interpretadas pelas pessoas ao seu redor, de acordo com os significados culturalmente construídos. A partir dessa interpretação é que será possível para o indivíduo atribuir significados a suas próprias ações e desenvolver processos psicológicos internos que podem ser interpretados por ele próprio a partir dos mecanismos estabelecidos pelo grupo cultural e compreendidos por meio dos códigos compartilhados pelos membros desse grupo.

Portanto, já que o indivíduo não está sozinho no mundo, pois ele se relaciona com tudo e todos que estão à sua volta, seria incoerente dizer que a sua identidade parte apenas do pressuposto interior do seu “eu” para se construir, ou seja, devemos sempre levar em consideração as experiências de vida de cada um para entender de que forma aquele ser se constitui enquanto sujeito dentro de uma sociedade. “[...] A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. Ela é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada”. (SILVA, 2007, p.96) Sendo assim, conforme sempre defendeu Paulo Freire (2004,2006), o sujeito está em constante transformação e, por isso, podemos acreditar que o ser humano nunca será um indivíduo acabado, assumindo o caráter provisório do seu processo de formação.

Dessa maneira, devemos levar em consideração também o fato deste ser inacabado estar inserido em uma sociedade globalizada, fazendo-nos entender que a globalização é um dos fatores responsáveis pelas mudanças ocorridas na atualidade, a qual Stuart Hall (2006) gosta de chamar de “sociedade de modernidade tardia”, que se caracteriza por estar em constante mudança, rompimento ou “deslocamentos”. Vale ressaltar, conforme Silva (2007), que a globalização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez produzem identidades novas e globalizadas (SILVA, 2007, p.20). E é neste ponto que ela se difere das sociedades tradicionais, as quais os sociólogos acreditavam ser bem delimitadas e estáveis.

Não podemos esquecer de salientar que esta “[...] sociedade da modernidade tardia” é formada por inúmeros elementos humanos que se caracterizam por suas diferenças. Almejamos reconhecer aquilo que o sujeito é e, ao mesmo tempo, estabelecer o que ele não é através da diferença. Pois, acreditamos que a identidade depende da diferença para se constituir e lembramos que, nesta perspectiva, identidade e diferença são inseparáveis.

Os sujeitos em sua totalidade possuem diferentes identidades ao mesmo tempo sendo que elas se relacionam. Reforçando a idéia de que as diferentes identidades são relacionadas entre si, trazemos Louro (2007, p.100) para dizer que:

> [...] Ao afirmarmos o caráter relacional e múltiplo das identidades, a sua fluidez e a sua inconstância, estamos a sugerir uma abordagem muito mais complexa. Ao articular-se em várias combinações, as identidades de gênero, raça, classe, sexualidade, religião e nacionalidade são – todas – constituídas por (e constituintes de) redes de poder.

Dessa forma, fica claro que dentro do contexto de diferentes sujeitos ainda existe o de um ser plural que possui diversas identidades ao mesmo tempo e que podem ser articuladas entre si ou até desencadear a formação de novas identidades, colocando-nos, conforme Hall (2006), no “jogo das identidades”.

O “jogo” se dá à medida que elas se cruzam ou até mesmo se tornam contraditórias, ao menos temporariamente, diante de uma paisagem política dependendo de qual identidade o indivíduo está assumindo naquele momento “[...] uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado” (HALL, 2006, p.21) nos sistemas culturais naquele momento. É preciso deixar claro que nenhuma identidade singular pode alinhar todas as identidades de forma única, abrangente, conciliando e representando as diversas identidades de uma pessoa. O que se quer com isso é enfatizar o caráter relacional da identidade, que, por sua vez, é marcada pala diferença.

O conceito de identidade tem sido reformulado a partir de diferentes abordagens teóricas. Para Hall, os deslocamentos ou fragmentações, acometidos à identidade sujeito construída ao longo da sua trajetória histórica, são frutos de identificações rivais ou contraditórias do indivíduo proveniente das teorias do estruturalista

marxista Louis Althusser - ao rejeitar a essência do homem como base teórica para a formação de sua identidade - dos trabalhos de Freud e Lacan - por serem muito subjetivos e não poderem ser colocados em questão- dos trabalhos do lingüista Saussure- ao afirmar que a língua é um sistema social e não individual que não pode fixar nenhum significado sobre identidade já que se encontra em constante formação e transformação- e do filósofo francês Michel Foucault- quando seu principal objetivo é o de produzir um ser humano dócil, e do impacto que o feminismo, causado pelo questionamento das relações de poder entre homens e mulheres. Desta forma, o sujeito unificado e estável vai aos poucos perdendo espaço e sendo descentrado por esse pensamento.

Com toda a contribuição descrita no parágrafo supracitado, se tem como tendência "identidades abertas, contraditórias e inacabadas do sujeito pós-moderno" (Hall, 2006, p.46). Diante disso, podemos entender que a construção da cultura de uma nação moderna está intimamente relacionada às questões de descentralização do sujeito e da sua identidade.

A identidade cultural é conceitualmente contraditória e ambígua, visto que vive do passado com suas realizações e do futuro com suas projeções. A nação é formada por um sujeito fragmentado e pertencente a uma cultura, a qual possui uma história. Sendo assim, podemos dizer que não nascemos com a identidade nacional construída e sim a formamos e transformamos ao longo de nossa vida enquanto indivíduo pertencente à sociedade. Por sua vez, essa identidade nacional engloba diferentes tipos de marcadores culturais híbridos como classe, raça, gênero, sexualidade e etnia. A grande questão é conseguir "costurar" as diferenças numa única identidade, a qual não está livre das questões de poder, produzindo uma cultura nacional própria. Para tanto, precisamos ter claro em nossas mentes como se dá a construção dessa cultura nacional a partir de suas representações simbólicas, entendidas aqui como um processo cultural.

A cultura nacional de uma nação, como afirma Hall, "é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos" (HALL, 2006, p.50). A história de como essa nação foi concebida, de como foi conquistada, como foi formada, se foi espontânea ou não, faz surgir uma narrativa própria a cerca das experiências vividas por um povo e, ao

mesmo tempo, faz-nos perceber enquanto sujeitos dessa narração. Portanto, como traz Silva (2007), “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Todos esses fatores influenciam a construção de uma identidade cultural nacional única. Ou seja, não importa se os aspectos culturais de classe, raça, gênero, sexualidade e etnia são plurais e diferentes, o importante é que todos se constituem em uma única identidade cultural nacional.

Mas, será que diante de um mundo globalizado essa unidade nacional é mesmo possível?

A globalização, como foi citada anteriormente, é uma das responsáveis pela mudança nas estruturas culturais que acometem as sociedades da modernidade, pois transforma a sociedade tradicional centrada, coerente e inteira numa sociedade de indivíduos fragmentados através dos processos de globais.

No mundo globalizado através da Internet (principalmente) tornou-se possível o estabelecimento de relações entre diversas identidades culturais ao mesmo tempo. Esse fato possibilita a interação de culturas distintas, o que, de uma forma ou de outra acabam interferindo nas identidades dos indivíduos.

Sobre a globalização Silva (2007, p. 21) diz que:

> [...] A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local.

Desta maneira, poderosamente os processos globais estão desencadeando a fragmentação do sujeito moderno enquanto pertencente a uma nação, abrindo espaço para a idéia da formação de uma sociedade mundial, uma homogeneização das culturas de nação. Com a fragmentação do sujeito, surgem então, novas formas de identificação coletiva a partir da interação do indivíduo com novas e diferentes culturas no âmbito dos aspectos principais da sociedade como: as questões de classe, raça, gênero, sexualidade e etnia.

Logo, é com a formação dessas novas identidades que devemos nos preocupar nos dias atuais. As novas gerações estão a todo instante vulneráveis a esse processo de globalização. Ao mesmo tempo em que preconiza a idéia de homogeneização mundial das culturas nacionais, onde possivelmente implicará o desaparecimento completo de suas identidades, tem a necessidade de resgatar a “Tradição”.

O desafio principal a ser encarado nos dias atuais, é o de saber lidar com esse sujeito pós-modernista e suas multi-identidades formadas a partir de um panorama global e tradicional.

Portanto, neste panorama Pacheco (2007, p.375) afirma que:

> [...] Globalização e identidade são duas palavras com sentidos diferentes que jamais estiveram tão próximas, sobretudo se utilizadas na definição das políticas sociais, económicas e culturais. Por mais que afectem o lado das pessoas, nas suas identidades construídas nos contextos em que se inserem, as mudanças em curso são globais.

No que se diz respeito às diversas identidades atribuídas ao indivíduo moderno iremos, durante esse estudo, no próximo capítulo dar um destaque especial às questões da identidade de gênero em seus aspectos formadores. Pois, precisamos entender como se constroem as relações de gênero entre homens e mulheres no panorama contemporâneo da sociedade. Dessa maneira, poderemos refletir sobre os estereótipos culturalmente construídos de masculinidade e feminilidade e sobre os papéis pré-fixados socialmente para cada sexo. Para tanto, devemos também discutir aspectos sobre as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres. Pois, elas estão diretamente ligadas às questões do caráter dicotômico e do estabelecimento das condições de dominador e dominada entre os sexos dentro da sociedade.

CAPÍTULO 2. IDENTIDADES DE GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER: O PAPEL DA ESCOLA

O conceito de identidade, como vimos no capítulo anterior, consiste na tentativa de compreender o sujeito enquanto possuidor de identidades plurais, às quais são instáveis e efêmeras se modificando e contradizendo a todo o instante. Neste capítulo iremos trazer reflexões acerca da identidade de gênero propriamente dita que é o principal foco de discussão deste estudo, revelando como se constrói a identidade de gênero do sujeito, as relações de poder imbricadas no processo de construção e, por fim, como o ambiente escolar encontra-se engendrado neste panorama.

2.1. GÊNERO COMO CARÁTER FUNDANTE DAS IDENTIDADES

Na discussão sobre as diversas identidades assumidas pelo sujeito, é necessário ter bem definido o conceito de gênero, o qual é aqui entendido como uma construção social que uma cultura estabelece em relação a homens e mulheres. Conforme entende Scott (2007), o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundamentadas nas diferenças existentes entre os sexos, ou seja, utiliza-se "a palavra 'gênero' mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social das relações entre os sexos".

Ao refletirmos e analisarmos sobre a identidade de um indivíduo, precisamos entender também que o gênero é uma constituinte deste paradigma plural. Ou seja, como defende Louro (1997, p. 25):

> [...] Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do indivíduo, constituindo-o.

A identidade de gênero, como todas as outras assumidas pelo sujeito, é construída através de um processo histórico e cultural, no qual o indivíduo está inserido.

Portanto, é caracterizada como sendo uma construção social. Vale ressaltar ainda que essa construção concretiza-se através das representações e estereótipos de masculinidade e feminilidade. Dessa maneira, devemos levar em consideração o fato de que cada sujeito encontra-se inserido em uma dada sociedade imbuída de representações simbólicas sobre o ser masculino e o feminino.

Estas representações devem ser compreendidas como sendo um sistema de significação que possibilita a todos atribuir sentido para as coisas do mundo e as ações realizadas pelas pessoas que o habitam. “Os sistemas de significação constroem lingüística e culturalmente os sentidos que são atribuídos aos modos de pensar e agir sobre as diversas dimensões da vida, incluindo a masculinidade e a feminilidade”. (SILVA, 2007)

A utilização da palavra gênero representa um processo que procura explicar as características e especificidades que cada cultura admite para os termos masculino e feminino, levando em conta a construção social hierarquicamente dividida e exercida através de uma relação de poder entre os sexos. O que não podemos esquecer é que em qualquer sistema de representação social estão ligados e implicados os jogos de poder, ou seja, ele está intimamente relacionado com o poder e todo o seu caráter repressivo. Assim, como confirma Louro (2007, p.41):

> [...] Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder.

As relações de poder têm origem na interação entre os sistemas econômicos e os sistemas de gênero que produziam experiências sociais e históricas, as quais operavam simultaneamente para produzir as estruturas socioeconômicas e de dominação masculina conforme defende Kelly no seu ensaio “A Dupla Visão Da Teoria Feminista” citado por Scott (2007).

Mas, como esse “poder” é exercido nas relações de gênero?

A questão do poder atribuído ao ser masculino da dicotomia entre homens e mulheres vem sendo construída e “imposta” ao longo da história, desde os primórdios da existência humana quando os governantes legitimavam a dominação, a força e o poder através da figura masculina e a fraqueza e subordinação ficavam a cargo do ser feminino. Ou seja, psicológica, social e culturalmente, homens e mulheres sempre foram regidos pela lógica do mundo masculino, influenciados pelos valores e princípios da racionalidade, objetividade e do poder hierárquico. Desta maneira, a oposição dicotômica entre homens e mulheres e o processo social das relações de gênero tornam-se partes fundantes do próprio poder.

Porém, essa imposição não acontece de maneira forçada fisicamente e sim de uma forma sutil através da manipulação psicológica nas relações entre os sujeitos de uma sociedade e dos papéis que são a eles atribuídos ideologicamente, conforme a idéia de que ambos os sexos cumprem suas destinações particulares dentro do ambiente social.

A divisão dicotômica e de oposição entre os sexos está presente em todas as instituições formadoras da sociedade, onde a todo instante reforça a condição de dominação e subjugação das partes envolvidas nesse processo. Isso porque, quando existe “disputa” de poder a tendência natural é de um pólo se sobrepor ao outro. Evidenciamos esse panorama com as palavras de Costa (s/d, p.3) ao afirmar que:

> [...] A sociedade através de suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho constroem mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos numa relação de domínio e subjugação.

É preciso deixar claro o fato de que o ser masculino vem desempenhando a função de dominador em detrimento ao ser feminino que é tido como sendo dotado de imensa passividade, ocupando o lugar de subordinação. Daí surge a necessidade de mudança na forma de agir e se colocar no espaço social por parte das mulheres, reivindicando e apoderando-se deste patamar de dominador, não com a finalidade de inverter os papéis e sim para buscar a igualdade de posições.

Na sua luta de contestação, o surgimento dos movimentos feministas em busca da emancipação das mulheres perante os homens e da igualdade enquanto indivíduos tiveram uma enorme importância no panorama político e social no sentido de ampliar as idéias a cerca da representação feminina, reformulando velhos conceitos referentes à posição que mulher exerce dentro da sociedade e dos papéis que desempenha, enfatizando a maneira como somos formados e produzidos enquanto sujeitos generificados. Nascimento (NASCIMENTO, 1994, p.64 apud LIMA, 2005, p.267) afirma de forma brilhante essa questão quando diz que a tomada de consciência pela mulher do seu verdadeiro papel na sociedade é o ponto de partida para a transformação da realidade política e social a qual ela encontra-se inserida.

Assim como salienta Scott (1995):

> [...] Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendentes; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

Ao assumirmos uma postura em que acreditamos viver e buscar uma sociedade, que do ponto de vista das leis, requer a igualdade na esfera dos direitos humanos, não podemos deixar a perpetuação da idéia de subjugação da mulher em relação ao homem. O fato é que este tipo de discurso não é mais aceitável nos dias de hoje, visto que as mulheres do mundo atual estão a cada dia se apoderando de papéis antes apenas desempenhados por homens exemplificando que as questões de gênero não podem ficar restritas às divisões de papéis estereotipados, elas transcendem a isso. E é na direção de uma igualdade política e social que devemos desconstruir a idéia dicotômica entre os sexos.

Precisamos ressaltar que cada ser, independente de sua condição de macho ou fêmea, possui características próprias pautadas nas diferenças. Porém, não devemos ter formada uma idéia negativa a respeito das diferenças que existem entre os homens e as mulheres, muito pelo contrário, é necessário entendê-las como completudes de ambos os sexos. Num mundo marcadamente diverso, não

podemos compactuar com a idéia das diferenças se transformarem em desigualdades, visto que todos somos interdependentes.

Os questionamentos postos aqui até o momento nos levam a pensar que dos diversos espaços de discussão dentro da sociedade a fim de amenizar ou até solucionar estas indagações, podemos eleger o meio educacional como sendo o mais apropriado e preparado para tal empreitada.

Diante das exigências do mundo atual, é indispensável admitir que o meio escolar não apenas reproduz os estereótipos socialmente atribuídos aos gêneros como, também, os produz. As identidades de gênero não podem somente se basear em estruturas de interação tão restritas como a família, a escola também faz parte deste processo de socialização. As construções da identidade e do gênero são concretizadas pelas crianças no meio escolar através do cotidiano vivido pelas brincadeiras, pelos gestos e pela distinção das atividades caracterizadas como sendo masculinas e femininas.

Sendo assim, veremos no item seguinte que precisamos pensar numa educação que possua espaço para novas e diferentes práticas educativas pautadas em pressupostos que levem a concepção de educar para a liberdade e não para o fortalecimento de relações alicerçadas em “tramas de poder”.

2.2. A ESCOLA COMO ESPAÇO GENDRADO E REPRODUTOR DE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

A escola foi e continua sendo a principal instituição social imbuída da responsabilidade de formar um sujeito capaz de construir um mundo moderno diferente daquele tradicional.

Pautaremos nossa discussão a partir da idéia de que as interações estabelecidas pelas crianças com o mundo fazem parte do conjunto de experiências objetivas e subjetivas que vão construindo suas personalidades. Isso implica o estabelecimento de uma concepção socialmente atribuída às questões de gênero e seus papéis culturalmente estabelecidos dentro da sociedade.

Desde o nascimento a sociedade representa o sexo do bebê vinculando e determinando cores para meninos e meninas, tipos de brinquedos e brincadeiras, condutas tipificadas. Dessa maneira “imposta” começa a ser delineada a personalidade das crianças de acordo com o gênero que ela possui. A pessoa que, por algum motivo, não assume os papéis masculinos e femininos culturalmente construídos são colocados à margem da sociedade, ficando marcada como “transviada”.

A inserção no ambiente escolar, depois do familiar, é o momento em que a criança inicia a socialização propriamente dita, pois é a partir do conhecimento de novos espaços de interação com o mundo e com as pessoas que o habitam que a criança começa a se constituir enquanto sujeito. A vivência em espaços coletivos proporciona a ampliação da visão de mundo que as crianças possuem. A escola, encarada aqui como sendo um dos espaços instituídos da integração e da diversidade, é formada por inúmeras pessoas que, por sua vez, possuem diferentes e múltiplas identidades, as quais implicitamente são externalizadas através de gestos e condutas.

A ambiência, o ritmo, a cadência escolar, a disposição física dos espaços, as regras e as teorias ali postas, esses são alguns fatores que influenciam na formação de uma identidade escolar. Nesse espaço de interação travam-se as relações que, “involuntariamente”, acabam perpetuando concepções culturalmente construídas como as da identidade de gênero, onde cada sexo tem estereotipações típicas predefinidas historicamente. Apoiando essa idéia trazemos Maria Paquelet Barbosa (BARBOSA, 2005, p.101) quando diz que:

> [...] A criança, em seu processo de socialização, até chegar à idade adulta, vai aprendendo a desempenhar papéis socialmente aceitos e historicamente construídos, para ser acolhida e se sentir ajustada ao meio em que vive. (...) Nessa construção, as identidades femininas e masculinas se moldam, a partir de toda uma bagagem de vivências, sejam elas afetivas, sociais, profissionais ou espirituais, forjando quem somos, a forma como agimos, mascarando sentimentos e desejos.

No contexto escolar está inserida a figura do educador como um dos principais participantes nesse processo de construção da identidade de gênero das crianças.

As relações pedagógicas estão imbuídas de significados e parcialidades, pois não existe neutralidade nas ações, principalmente, quando fazemos parte do contexto, pois de uma forma ou de outra interferimos ou influenciamos no processo. Assim como afirma Louro (2007, p.123-124), quando contribui ao dizer que numa:

> [...] Sociedade atravessada por múltiplas relações de poder, fica absolutamente impossível atuar de cima ou de fora dessa rede. A/o nova/o intelectual terá, necessariamente, de se perceber como participando das relações de poder e isso implicará no exercício constante da autocrítica.

O comportamento do adulto, entenda como pais ou professores, nas questões de gênero é muito importante para a forma com a qual a criança internalizará os conceitos e as imagens do que é ser homem ou mulher. As maneiras como a família e a escola se colocam em relação aos meninos e meninas são essenciais para a construção da identidade de gênero pela criança.

O olhar voltado para o cotidiano da vida escolar, faz-nos perceber que as questões da reafirmação e reprodução dos padrões identidários masculinos e femininos se apresentam como uma constante nesse espaço do processo de formação do indivíduo. A todo o instante ocorrem situações que reforçam a idéia da dicotomia entre os sexos.

Os momentos de brincadeira, por exemplo, que estão sempre presentes no trabalho pedagógico com crianças pequenas, são marcados por uma divisão nítida do que serve e é permitido para o homem e para a mulher, como uma imposição social. As brincadeiras carregam significados que estão arraigados na cultura social.

De forma tida como “natural” expressões do tipo meninas não jogam futebol ou meninos não brincam de boneca tem um caráter imensamente formador, pois atribuem significados às práticas cotidianas do brincar como se nascêssemos com a identidade de gênero formada. Sempre escutando esse tipo de comentário sexista as crianças absorvem e tomam como verdade para a sua vida essa conduta de determinar qual tipo de brincadeira é adequada para cada sexo. A reflexão que fazemos a respeito das brincadeiras nos leva a pensar conforme Ileana Wenetz e Marco Paulo Stigger (2006, p.76) quando dizem que precisamos:

> [...] Considerar que as brincadeiras – que parecem ter só um caráter prazeroso- têm também uma dimensão produtiva; elas disciplinam os sujeitos de forma distinta, para viverem dentro de um contexto social e histórico que valoriza alguns jeitos de ser menino e de ser menina; jeitos esses que são demarcados por padrões que os grupos culturais que eles integram consideram como normais.

Devemos compreender que quando os autores falam de um padrão, eles estão se referindo ao modelo tido como “normal” de relacionamentos heterossexuais, negando qualquer outro tipo de abordagem.

As brincadeiras, com todo o caráter lúdico que lhe é atribuído, são as principais maneiras pelas quais as crianças externalizam as convenções e atribuições socialmente construídas e aprendidas durante as suas vivências. Porém, como salienta Cravo (2005, p.171):

> [...] As brincadeiras infantis fornecem um acervo cultural que pode fortalecer a construção menos preconceituosa de identidades e de uma educação mais igualitária, em que meninas e meninos possam, no dia-a-dia, brincar juntos e criar uma nova forma de se relacionar e de estar no mundo.

Estamos frente a uma temática bem conflituosa. Porém, as questões relativas à identidade de gênero quase não aparecem na política educacional e nas ações em sala de aula desenvolvidas pelos educadores. Não podemos mais “fechar os olhos” e deixar perpetuar as discriminações de qualquer ordem dentro do meio escolar, seja de raça, etnia, sexualidade ou de gênero que é o nosso enfoque.

As relações pedagógicas que acontecem no ambiente escolar devem conter, portanto, uma intencionalidade na prática educativa em todas as ações docentes, desde a realização de simples brincadeiras. Faz-se necessário a tentativa de mudar a forma de trazer as questões tradicionais de gênero para a sala de aula, pensando em novas maneiras de se trabalhar esse conceito, produzindo e trazendo discussões a cerca das representações dos papéis de homem e mulher dentro da sociedade no dia-a-dia da sala de aula.

Precisamos manter uma reflexão crítica do fazer pedagógico de uma forma geral e, neste caso, na construção da identidade de gênero da criança com a finalidade de pensar na forma mais adequada, se é que existe, de fazer desses meninos e meninas cidadãos ajustados ao convívio em sociedade, mais precisamente na sociedade moderna a qual preconiza a igualdade entre os sexos.

Para compreender melhor a respeito da temática abordada neste estudo, optamos no próximo capítulo pela etnografia, pois entendemos ser necessário conviver mais de perto com as crianças, que são nossas principais informantes, a fim de aproximar as interpretações que elaboramos dos sentidos que elas mesmas produzem sobre as relações de gênero.

CAPÍTULO 3: PERCEBENDO MARCA DE GÊNERO EM ESCOLHAS DAS CRIANÇAS

A escola, como já foi citada anteriormente, é um local privilegiado para o desenvolvimento do processo de construção dos sujeitos, na medida em que não podemos basear a construção das identidades dos indivíduos apenas em estruturas restritas como a família. O espaço escolar proporciona e favorece as relações entre crianças de diversas idades. Ao observarem as ações dos colegas e dos adultos dentro do ambiente escolar, elas vão assumindo posições e, a partir das suas vivências com os outros, começam a internalizar os papéis que cada sexo desempenha dentro da sociedade. Portanto, as identidades de gênero de meninos e meninas são formadas a partir das relações uns com os outros e também pelo entrecruzamento de outras categorias como: classe social, raça, etnia, sexualidade, gênero e geração. Existe uma tendência de naturalizar a separação entre meninos e meninas, desconsiderando assim as construções históricas, sociais e culturais que se acredita ser de imensa importância na formação do indivíduo.

O eixo do trabalho pedagógico desenvolvido nos dias atuais dentro das escolas preconiza, principalmente, a utilização de atividades lúdicas na educação de crianças pequenas como as situações de faz-de-conta, onde a criança tem a possibilidade de, através da imitação, fazer alusões do mundo real, onde estão presentes as relações que elas vivenciam no dia-a-dia, com a brincadeira.

A atividade lúdica, ou seja, a brincadeira, é identificada como sendo fundamental para o desenvolvimento das crianças, pois permite a elas integrar várias dimensões de sua identidade, assimilar a realidade e vivenciar papéis. Nesta mesma linha afirma Cunha (2004, P.24) ao destacar que:

> [...] O brinquedo estimula a representação, a expressão de imagens que evocam aspectos da realidade, (...) coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, na natureza e construções humanas. Pode-se dizer que um dos objetivos do brinquedo é dar à criança um substituto dos objetos reais, para que possam manipulá-los. Duplicando diversos tipos de realidades, o brinquedo as metamorfoseia e fotografa, não reproduzindo apenas objetos, mas uma totalidade social.

Dentre as várias formas de se trabalhar, ludicamente, no âmbito da educação de crianças pequenas, estão as oficinas. Elas são espaços onde são oferecidas atividades práticas, que proporcionam a aquisição de novos conhecimentos, criando um ambiente de vivência e experimentação para o educando, a partir do contato com os diversos tipos de linguagem. É possível, nestes momentos, estimular e trazer à tona o potencial criativo de cada aluno.

Vale ressaltar que as oficinas são, dentro dos processos etnográficos, uma das formas mais eficazes de coleta de dados para a pesquisa empírica com crianças, visto que elas costumam manifestar, através do comportamento, a visão de mundo que possuem. O fato é que se voltando diretamente ao sujeito da pesquisa se tem mais fidedignidade e a veracidade dos dados coletados. A importância do uso da etnografia como instrumento de conhecimento e aproximação com o outro, tem sido situada no âmbito das realidades escolares, pois é nesse nível que se estabelecem as primeiras relações com o mundo existente fora de casa. A etnografia ou trabalho em campo é um meio que pode ser eficaz como instrumento de sensibilização dos participantes do processo educativo e que possibilita o reconhecimento do outro como portador de uma cultura tão respeitável como qualquer outra, produzindo um diálogo respeitoso entre os componentes do processo. Portanto, utilizaremos a atividade lúdica metodologicamente para a obtenção dos dados empíricos.

Dada à importância da ludicidade do brincar e do brinquedo na educação de crianças, resolvemos, então, fazer uma oficina utilizando como instrumentos brinquedos e tendo como tema “profissões estereotipadas” para observar e analisar as formas como os comportamentos das crianças são normatizados, tendo como objetivo identificar, em atitudes, se existe a reprodução estereotipada dos papéis masculinos e femininos culturalmente construídos. Vale ressaltar ainda que a categoria “gênero” tem passado por significativas transformações, admitindo-lhe assim um caráter dinâmico. Conforme afirma Louro (1997), muitas vezes existem situações na escola que favorecem o agrupamento das crianças por gênero mais do que nos espaços familiares e é por isso que esse ambiente foi escolhido para ilustrar o estudo em questão.

No dia 5 de junho de 2008 foi realizada uma oficina denominada QUERO SER ... cujo tema abordado foi sobre as profissões estereotipadas. Tivemos como participantes alunos do grupo quatro da educação infantil do Colégio Sartre COC. A oficina foi desenvolvida num espaço livre e amplo, onde estavam dispostos cinco cantos. Cada canto foi ambientado com brinquedos de acordo com as profissões escolhidas pela pesquisadora que foram: mecânico (a), médico (a), policial (a), cozinheiro (a) e cabeleireiro (a). Verificar figura 1 no anexo.

A oficina iniciou-se com clima de surpresa. Na sala, as crianças do grupo estavam muito entusiasmadas coma idéia de participarem de uma oficina e com a novidade de utilizarem brinquedos para se caracterizar com as profissões escolhidas que foram: mecânico (a), médico (a), policial (a), cozinheiro (a) e cabeleireiro (a), quase não conseguiam se controlar.

Em seguida, fomos para o lugar onde se realizou a oficina. Convidamos as crianças a ficarem em roda para conversarmos um pouco sobre como seria a dinâmica da brincadeira (a todo o instante nos referimos à oficina como sendo uma brincadeira nova). A conversa, que foi mediada pelas professoras do grupo, tinha como objetivo explicar a respeito das profissões e saber quais as percepções deles sobre as profissões que seriam ofertadas para a brincadeira e quais as impressões que eles possuíam das pessoas que trabalham nelas. A partir daí cada criança teve a possibilidade de escolher livremente em qual canto gostaria de brincar, podendo depois optar por outro. A conversa foi tranqüila, falou-se das profissões escolhidas e da proposta da oficina, que foi a de brincar livremente. A partir desse momento, a pesquisadora ficou fazendo a observação da dinâmica da oficina e a coleta de dados sem fazer interferências.

A análise cuidadosa dos resultados desta experiência confrontada com os objetivos deste estudo permite as considerações que se seguem, de acordo com duas categorias de análise: percepções das crianças sobre identidades de gênero e o papel da família na construção das identidades de gênero, através do exemplo.

3.1. Percepções das crianças sobre identidades de gênero

No decorrer da vida social as crianças estão, na maioria das vezes, inseridas num contexto que contempla um ideal de família centrada no conceito heterossexual de relacionamento. Desta maneira, como produtos destas relações estabelecidas neste meio estão as construções sociais dos papéis socialmente atribuídos como sendo próprios para homens e mulheres. Imersas neste ambiente, as crianças tendem a absorver e reproduzir os ideais sobre identidades de gênero, desse grupo, em suas ações durante as brincadeiras de faz-de-conta. Para fim de ilustração, podemos citar a própria oficina realizada durante esse estudo onde desde o início, a partir da escolha dos cantos feita pelos alunos, pudemos verificar que a distribuição dos componentes do grupo pelas profissões permaneceu da seguinte maneira: quatro meninas escolheram médico (a), três meninos escolheram policial, dois meninos escolheram mecânico (a), uma menina e um menino escolheram cozinheiro (a) e apenas uma menina escolheu cabeleireiro. Dessa forma, já ao iniciar vemos claramente a estereotipação dos papéis socialmente estabelecidos como sendo de mulher e de homem. Observamos também, antes de iniciarmos a nossa pesquisa em campo, pela fala de um dos garotos da turma a existência de um pré-conceito culturalmente construído quando ele afirmou sobre o canto do salão de beleza: “Não quero brincar com esse, é de menina”. Esse fato nos leva crer que esta criança faz parte de um grupo social onde tem precisamente definidos as atribuições sociais de cada sexo, trazendo como naturais condutas tipificadas como sendo masculinas ou femininas. Sustentando este pensamento trazemos Bourdieu (2003, p.17) quando diz que:

> [...] A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes pra falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Portanto, inscritas neste universo que traz como “natural” esse pensamento, as crianças legitimam a divisão dicotômica dos papéis de acordo com as experiências vivenciadas por elas na sociedade a qual pertencem.

Embora saibamos de todo o processo de formação o qual as crianças socialmente estão acometidas, não podemos deixar perpetuar a idéia de concordância em manter essa estrutura rígida de divisão de papéis. Pois, ao mesmo tempo que a criança demonstra fragilidade na sua construção enquanto sujeito, ela detém a potência de transformar os modelos preexistentes. Nesta perspectiva a família tem uma responsabilidade muito grande na forma como se dá a construção das identidades de gênero.

A instituição FAMÍLIA é responsável pelos primeiros contatos que a criança estabelece com o mundo e com as pessoas que nele habitam. É um ambiente onde a criança se encontra no centro das relações, pois a criança muito pequena é extremamente dependente do adulto para realizar as funções essenciais para a sobrevivência dela, como a alimentação por exemplo, desempenhando o papel de cuidador. E, é a partir dessas relações estabelecidas com os adultos pertencentes a este ambiente, permeado de amor, proteção e cuidado, que ela começa a se constituir enquanto sujeito.

O adulto que faz parte do meio social o qual a criança está inserida serve de parâmetro para todas as ações comportamentais futuras dela. A partir do momento que a criança presencia as formas que o adulto lida com as situações ela vai internalizando e formando o senso do que é certo e errado e do que pode ou não fazer. Nesta perspectiva, o exemplo torna-se a principal forma de corporeificação das palavras ditas pelo adulto, pois de nada adianta pregar uma conduta e realizar outra. Esta mesma linha de pensamento é defendida por diversos autores, entre eles Paulo Freire (1996) em seu livro intitulado “Pedagogia da Autonomia” e Arribas (2004, p.90) quando diz que:

> [...] A coerência que os adultos devem mostrar tem sua razão no próprio processo de socialização que a criança realiza. Para que a ela adapte a seu próprio crescer normas, valores e formas de conduta que se deseja que se adquira, é preciso que as veja vivificadas nos adultos, os quais constituem o grupo social de onde provém. Seria muito negativo no processo de aquisição dos hábitos que as palavras e exigências do adulto não correspondessem aos fatos que manifesta. Seria o mesmo que dizer-lhe: “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

Durante a realização da oficina pudemos notar a importância da forma como o adulto desenvolve as suas ações, desde as mais simples no seu dia-a-dia, e a maneira como ele se comporta perante os fatos. Ou seja, deve-se manter uma coerência entre as palavras e suas ações, pois o adulto em sua conduta influencia a forma como a criança vê e está no mundo, formando a partir disso a identidade de gênero dela. Como exemplo, podemos citar um momento específico da oficina que foi: quando chegou à metade do tempo reservado para aplicação da atividade, sugerimos que os participantes trocassem de canto, mas muitos resistiram à idéia. Inclusive alguns até aborreceram o único colega que se propôs a brincar de cozinheiro dizendo assim: “Não vou brincar de comidinha, não é coisa de homem. É de mulher, mulher é que cozinha”. Esta fala explicita exatamente o que esse estudo se propõe a discutir, pois deixa claro o fato de que a construção da identidade de gênero se dá a partir das relações que o sujeito estabelece com as pessoas que permeiam o seu ambiente social levando em consideração as suas vivências anteriores, provavelmente essa criança nunca viu um adulto do sexo masculino fazendo alguma coisa na cozinha. Ou seja, como a criança pode achar “normal” um homem na cozinha se em sua família isso não acontece. Isso nos lembra uma frase veementemente defendida pelos educadores atuais onde diz que o exemplo é o principal meio pelo qual devemos educar os nossos filhos.

Desta forma, surge a necessidade de estar a todo o instante refletindo criticamente sobre a maneira adequada de se expressar ou se colocar nas condutas que tomamos para resolver as situações em nossas vidas. Precisamos ter clara a idéia de que as crianças reproduzem conceitos e valores aprendidos ao longo de suas vidas a partir das experiências vividas e presenciadas por elas.

A reflexão que fizemos a partir da prática da oficina levando em conta as colocações das crianças no decorrer do processo, nos leva a entender a importância de se fazer uma pesquisa no campo empírico, pois tivemos a oportunidade de vivenciar momentos enriquecedores para o estudo em questão, verificando e observando como se dão as relações de gênero. Esse tipo de estudo nos permitiu notar o quanto os comportamentos são incorporados pelas crianças a partir das concepções presentes numa dada sociedade, determinando assim a forma como elas vêem e vivenciam as experiências que irão constituí-las enquanto sujeitos. Devemos

enfatizar que não existem muitos estudos sobre as relações de gênero na escola, fato este que influenciou na escolha do tipo de pesquisa a ser feita.

A oficina foi um sucesso, tanto para as crianças que não queriam parar de brincar como para a pesquisadora que pôde coletar dados fundamentais através do comportamento das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, apresentarei minhas considerações e impressões com relação a este estudo. Aproveitando a oportunidade, reafirmo aqui que o objetivo da realização deste trabalho desde o início foi o de alargar os meus conhecimentos acerca da temática sobre o gênero e suas relações como forma de subsidiar minha prática pedagógica nos papéis que desempenho enquanto mãe e professora.

As considerações a serem feitas são frutos, principalmente, do trabalho de campo realizado na escola Sartre COC, que faz parte da rede particular de ensino da cidade de Salvador, além da pesquisa teórica.

Durante a pesquisa bibliográfica sobre o tema, pude perceber que as relações de gênero são constructos sociais perpetuados historicamente, onde tem como princípio a dominação do ser masculino sobre o feminino. Como fazemos parte de uma sociedade imbuída desses conceitos arraigados nas identidades dos sujeitos, implicitamente nos gestos e condutas, acabamos por reforçá-los, transferindo-os, inconscientemente, para as nossas crianças.

Nessa perspectiva, tornou-se importante e fundamental para este estudo ir a campo para verificar e observar a externalização desses conceitos no ambiente escolar através das atitudes das crianças. Vale ressaltar que durante a realização do trabalho verifiquei a existência de uma carência teórica relacionada às questões de gênero no ambiente escolar. Para tanto, realizei uma oficina trazendo como tema as profissões estereotipadas.

Ao realizar a oficina, pude perceber claramente a existência de preconceitos arraigados no comportamento da maioria das crianças. Acredito que esse fato seja proveniente das experiências e vivências delas a partir das relações de gênero expressadas pelos adultos participantes do seu processo educativo de acordo com o meio social o qual se encontram inseridas. Acredito que a criança, em toda a sua formação, é produto do meio em que vivem, absorvendo conceitos, valores e condutas, que permeiam o ambiente de formação do qual faz parte. Quando durante a oficina um garoto se recusa a brincar com um determinado brinquedo por

simbolizar uma profissão tipificada como sendo feminina, podemos perceber que no ambiente social o qual ele convive existem determinações claras de estereótipos de feminilidade e masculinidade.

Portanto, fica claro que a identidade de gênero do individuo é construída a partir das relações estabelecidas com tudo e todos que estão à sua volta, levando em consideração todas as instituições da sociedade.

Não podemos deixar de citar que, de uma forma geral, a prática educacional do educador não é imune a crenças socialmente construídas que se fazem presentes no dia-a-dia de sua sala de aula, pois estão implícitos no seu comportamento, fruto dos processos que o constituíram. Porém, não pretendemos direcionar a responsabilidade para as professoras, mas lembrar que o papel do adulto na formação das crianças é fundamental para construção das identidades, entre elas a de gênero. Assim encerramos com Louro (2007, p. 64) quando afirma que:

> [...] É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. (...) Temos de estar atentas/os, sobretudo para a nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui.

Portanto, espero que este trabalho possa contribuir para uma reflexão sobre a prática pedagógica a fim de que possamos colaborar para a formação não sexista (sequer preconceituosa) das crianças para construirmos uma sociedade mais igualitária em todos os aspectos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997.

ARRIBAS, Teresa Lleixà. **Educação infanti**l: desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5. ed. Porto Alegre: Artemed, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 3. ed. Rio de Janeiro: Belrtrand Brasil, 2003.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** Disponível:http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf. Salvador, s/d.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Oeg.). **Ensaios sobre educação, sexualidade e Gênero**. Salvador: Hélvica, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em revista, n.46: págs.201- 218, dezembro. Belo Horizonte, 2007

SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). **Brinquedoteca**: o lúdico em diferentes contextos. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2: págs. 71-100. Porto Alegre, 1995.

SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de e ALTMANN, Helena. **Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar.** Cad. CEDES, v. 19, n. 48: págs. 52- 68, agosto. Campinas, 1999.

SOUZA, Jane Felipe de. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil.** Disponível no site: http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/souza.pdf

STIGGER, Marco Paulo e Wenetz, Ileana. **A construção do gênero no espaço escolar.** Movimento, v.12, n. 1: págs.59- 80, jan/abril, Porto Alegre, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 – OFICINA

1. Tema:
   - “Profissões estereotipadas”
2. Nome da oficina:
   - Quero ser ...
3. Justificativa:
   - Acreditamos que a oficina com brinquedos é maneira ideal para coletar dados quando se trata de questões relacionadas ao comportamento de crianças pequenas. Pois, durante as brincadeiras elas explicitam sua concepção sobre as coisas do mundo de forma espontânea.
4. Equipe envolvida:
   - 2 professoras do grupo 4
5. Público-alvo:
   - 12 crianças de 4 anos pertencentes ao grupo 4 da escola da rede particular de ensino Sartre COC.
6. Carga horária:
   - A carga horária foi de 30 minutos em um único encontro no dia 05/06/2008
7. Materiais necessários:
   - Brinquedos sobre as profissões de: mecânico (a), médico (a), policial (a), cozinheiro (a) e cabeleireiro (a).
8. Objetivo:
   - A oficina foi realizada com o objetivo de coletar dados para a pesquisa, com a finalidade de verificar como as crianças se vêem enquanto sujeitos possuidores de gênero e observar se existe ou não uma reprodução de conceitos culturalmente construídos dos papéis designados como masculinos e femininos nas profissões dentro da sociedade, caracterizando uma visão estereotipada das relações de gênero.

FIGURA 1

FOTOS DA OFICINA

FOTOS DA OFICINA